

2004/11/27

PARCEIROS OU RIVAIS?

Alexandre Reis Rodrigues

Já quase ninguém hesita em reconhecer que existe uma crise no relacionamento transatlântico mas as opiniões dividem-se sobre as suas origens; a maioria, porém, atribui responsabilidade exclusiva à política externa de Bush – é a que pensava que a vitória de Kerry permitiria resolver os actuais contenciosos e faria tudo voltar ao que era nos tempos de Clinton. Como, aliás, Kerry prometia.

Não obstante o facto de, neste caso, os estilos de liderança e as respectivas opções políticas poderem ter algum peso na forma de relacionamento, não julgo, porém, estarmos perante uma questão que dependa do líder X ou Y. Eduardo Lourenço, numa conferência que o jornal Público transcreve hoje, diz que o “actual sentimento de distância e afastamento entre os EUA e a Europa nada tem de contingente, nem de efémero. Pertence desde a origem dos EUA na ordem das coisas ou antes da história”. O problema do Iraque contribuiu para o trazer à superfície e, por momentos, tornou-se na questão central, e “a Europa dividiu-se em pró e anti-americana”. Mas “a esse nível, – continua Eduardo Lourenço – responsável pelo sentimento novo de um fosso entre esta América e nós, a divisão é artificial e não durará muito”.

Uma das áreas em que hoje se pode sentir mais o fosso é a da segurança, precisamente aquela em que mais divergem as percepções dos americanos e dos europeus. É, por isso, natural que nas respectivas discussões a NATO ocupe uma posição central. São ilustrativos desta situação dois recentes artigos na imprensa internacional: um de Jonathan Steele, no Guardian de 8 de Novembro, com a tese de que a NATO é uma ameaça para a Europa e outro de Jeffrey L. Cimbalo, na revista Foreign Affairs de Novembro/Dezembro, a defender a ideia de que é preciso salvar a NATO da Europa.

Para Steele, os EUA e a Europa têm o mesmo tipo de instituições democráticas, separação de poderes, etc. mas não partilham actualmente os mesmos valores. É impossível que a unanimidade que existia no passado – porque havia um inimigo forte e por todos bem identificado – possa continuar a existir hoje. Por isso torna-se difícil aos europeus, enquanto aliados, apoiarem sempre os EUA e respeitarem a sua liderança, tanto mais porque os interesses tendem a coincidir cada vez menos.

Por outro lado, os europeus mantendo compromissos com a NATO ficam correspondentemente restringidos nas suas possibilidades de desenvolver e controlar a sua própria política de segurança e defesa. Concluindo, Steele considera que a NATO é uma ameaça à prossecução dos desígnios europeus. Por outro lado, lembra que pô-la em causa não é rejeitar as relações com os EUA; estas podem progredir numa base bilateral com os que virem aí vantagens.

Cimbalo, no seu polémico artigo na Foreign Affairs, tem uma visão oposta sobre a NATO; acha que é indispensável para os EUA e que por isso a estes não resta senão deixarem de ser neutrais em relação ao processo de integração europeia, uma vez que esta é a mais grave ameaça à existência da NATO! Para Cimbalo, o perigo de a NATO se tornar numa organização supérflua está precisamente na Constituição Europeia por conter disposições inconciliáveis com o estatuto de membro da NATO, tornando impossível aos países membros de ambas organizações serem leais às duas.

Nesta perspectiva, em defesa da sua tese, chama a atenção, logo em primeiro lugar, para o artigo I-16º da Constituição por “dar à UE competências em todas as áreas da política externa e de segurança e exigir aos países membros que a apoiem activamente e sem reservas”. Ora o problema é que tendo a NATO e a EU composições diferentes – incluindo a última quatro países neutrais e um outro que se afastou da estrutura militar da NATO – também as suas políticas externas e de segurança não podem ser comuns. A questão de fazer opções vai-se pôr e não haverá forma de garantir compatibilidade.

Cimbalo reconhece que as orientações constantes do artigo I-41º proclamam a obrigação de que a política da União respeite as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para certos estados membros mas receia que a partir da aprovação da Constituição o envolvimento da NATO passará a ser muito pequeno e, eventualmente, desnecessário. Concluindo, o autor do artigo na Foreign Affairs considera que a NATO não sobreviverá à Constituição Europeia e, por isso, recomenda que os EUA ponham termo ao apoio neutro que têm dado ao processo de integração europeia deixando bem claro que se a NATO é para continuar então a Constituição não pode ser

aprovada na actual forma. Na estratégia para esse objectivo, o autor diz que os EUA devem recorrer ao apoio dos países que mais reservas têm levantado ao conteúdo da Constituição nesta área, designadamente o Reino Unido, a Polónia e a Dinamarca e, paralelamente, encorajar, onde necessário, a realização de referendos, como uma oportunidade para chamar a atenção para os efeitos negativos que a redacção actual do texto pode trazer para a NATO.

Cimbalo não desenvolve as bases em que assenta os seus receios sobre um eventual desaparecimento da NATO mas também não hesita em afirmar que a Constituição Europeia vai criar uma situação com profundas e perturbantes implicações para o futuro da influência americana na Europa! O que é de esperar, segundo o articulista, é que o crescimento de importância da UE leve esta a procurar mais um equilíbrio de poder do que ser um poder complementar do dos EUA, um cenário para o qual estes não estão preparados.

Esta preocupação americana é conhecida mas nunca se tinha visto exposta de forma tão directa; é bom que haja quem o faça pois assim clarifica-se melhor a situação e torna-se desnecessário estar a fazer deduções, sempre com algum grau de subjectividade. A minha esperança é que as administrações americanas consigam ver para além desta perspectiva de interesses unilaterais e descortinar na manutenção da NATO algo mais do que uma via para estar por dentro do processo de integração europeia e para o influenciar, sob o argumento da necessidade de coordenação e de evitar inúteis e dispendiosas duplicações. Se não for esse o caso então as perspectivas para o relacionamento transatlântico e para a manutenção da NATO não poderão ser optimistas.